



TERMO DE REFERÊNCIA – TR

1. INFORMAÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- **Órgão/Entidade Demandante:** Prefeitura Municipal de Parnaíba – PI
- **Unidade Requisitante:** Secretaria Municipal Administração
- **Responsável pela Demanda:** Zeno Rulka Júnior
- **Cargo/Função:** Secretário Municipal de Administração
- **Forma de Contratação:** Concorrência Eletrônica
- **Critério de Julgamento:** Menor Preço Global
- **Fundamentação Legal:** Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a contratação de empresa de engenharia especializada para prestação de serviços continuados de limpeza de logradouros públicos e vias públicas do Município de Parnaíba, compreendendo:

- Varrição manual e mecanizada de vias e logradouros públicos;
- Coleta, carregamento, transporte e remoção de resíduos sólidos urbanos;
- Coleta e remoção de entulhos;
- Coleta, remoção, transporte e destinação final de resíduos oriundos de podas;
- Limpeza de áreas públicas;
- Destinação final ambientalmente adequada dos resíduos coletados;
- Demais serviços correlatos previstos nos anexos deste Termo de Referência.

2.2. A contratação será realizada mediante Concorrência Eletrônica, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, adotando-se o critério de julgamento de menor preço global.

2.3. Os quantitativos, especificações técnicas, áreas de abrangência, frequência de execução e demais informações complementares constam nos anexos deste Termo de Referência.

2.4. O prazo inicial da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração Pública.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação fundamenta-se na necessidade permanente de manutenção da limpeza urbana e conservação dos logradouros públicos do Município de Parnaíba, garantindo:

- Condições adequadas de higiene e salubridade pública;
- Prevenção de doenças e proliferação de vetores;
- Conservação ambiental;
- Segurança e bem-estar da população;
- Regularidade da prestação dos serviços públicos essenciais.

3.2. Os serviços de limpeza urbana possuem natureza contínua e essencial, sendo indispensáveis ao atendimento do interesse público.



3.3. A contratação encontra respaldo no Estudo Técnico Preliminar – ETP elaborado pela Secretaria Municipal de Administração, conforme exigência da Lei nº 14.133/2021.

3.4. Considerando que o Município ainda não possui Plano de Contratações Anual – PCA formalmente instituído, registra-se que a presente contratação não consta em PCA, sem prejuízo da legalidade do procedimento, haja vista a necessidade contínua e indispensável da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para execução integral dos serviços de limpeza urbana, incluindo:

- Disponibilização de mão de obra qualificada;
- Fornecimento de veículos, máquinas, equipamentos e ferramentas;
- Fornecimento de EPIs e EPCs;
- Transporte dos resíduos;
- Destinação final ambientalmente adequada;
- Supervisão técnica dos serviços;
- Atendimento às normas ambientais, trabalhistas e de segurança do trabalho.

4.2. A solução adotada mostra-se mais vantajosa à Administração em razão:

- Da necessidade de estrutura operacional especializada;
- Da exigência de equipamentos específicos;
- Da economicidade decorrente da execução integrada dos serviços;
- Da impossibilidade técnica e operacional de execução direta pelo Município.

4.3. A contratação deverá observar todo o ciclo de vida do objeto, contemplando execução, fiscalização, destinação final dos resíduos e mitigação de impactos ambientais, conforme exigido pela Lei nº 14.133/2021.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A empresa contratada deverá possuir:

- Registro no CREA ou CAU;
- Responsável técnico habilitado;
- Capacidade técnico-operacional compatível com o objeto;
- Comprovação de aptidão mediante atestados de capacidade técnica;
- Licenças ambientais exigíveis;
- Veículos e equipamentos adequados;
- Equipe operacional suficiente para execução dos serviços.

5.2. A contratada deverá cumprir integralmente:

- Normas ambientais federais, estaduais e municipais;
- Normas de segurança do trabalho;
- Normas da ABNT aplicáveis;
- Legislação trabalhista e previdenciária;
- Política Nacional de Resíduos Sólidos.



5.3. Todos os funcionários deverão utilizar EPIs adequados e possuir treinamento compatível com as atividades executadas.

5.4. A contratada será integralmente responsável:

- Pela contratação da mão de obra;
- Pelos encargos trabalhistas, previdenciários e tributários;
- Pela manutenção dos equipamentos;
- Pela destinação final ambientalmente adequada dos resíduos.

5.5. Será vedada a subcontratação total do objeto, admitindo-se subcontratação parcial apenas mediante autorização expressa da Administração.

5.6. A contratada deverá manter canal de comunicação para atendimento das demandas da fiscalização contratual.

6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Os serviços serão executados de forma contínua, conforme cronograma, rotas, frequência e especificações técnicas constantes nos anexos deste Termo de Referência.

6.2. A execução compreenderá:

- Varrição diária, periódica e programada;
- Coleta e remoção de resíduos;
- Transporte até local de destinação final licenciada;
- Limpeza de áreas públicas;
- Remoção de resíduos oriundos de podas;
- Atendimento de demandas emergenciais.

6.3. Os resíduos coletados deverão ser destinados a local ambientalmente licenciado.

6.4. Todos os veículos utilizados deverão:

- Estar em perfeitas condições de uso;
- Possuir identificação visual da contratada;
- Atender às normas de trânsito e ambientais;
- Possuir manutenção preventiva e corretiva.

6.5. A contratada deverá disponibilizar equipe técnica e operacional suficiente para atendimento integral das demandas do Município.

6.6. A execução dos serviços deverá ocorrer sem interrupções, inclusive em finais de semana e feriados, quando necessário.

7. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. A gestão e fiscalização do contrato serão exercidas por servidores formalmente designados pela Administração Municipal.



7.2. A fiscalização terá competência para:

- Acompanhar a execução contratual;
- Solicitar correções;
- Aplicar notificações;
- Registrar ocorrências;
- Atestar medições;
- Rejeitar serviços executados em desconformidade.

7.3. O fiscal do contrato deverá elaborar relatórios periódicos de acompanhamento.

7.4. A contratada deverá atender imediatamente às determinações da fiscalização.

7.5. O descumprimento contratual sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento convocatório.

8. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A medição dos serviços ocorrerá mensalmente, mediante relatório de execução aprovado pela fiscalização.

8.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após:

- Apresentação da nota fiscal;
- Atesto da execução dos serviços;
- Comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

8.3. Serão glosados os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas.

8.4. O pagamento estará condicionado à comprovação de:

- Regularidade perante INSS;
- FGTS;
- Receita Federal;
- CNDT;
- Fazenda Estadual e Municipal.

9. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. A seleção da empresa será realizada mediante Concorrência Eletrônica, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. O critério de julgamento será o de menor preço global.

9.3. Poderão participar empresas legalmente constituídas que atendam às exigências do edital e deste Termo de Referência.

9.4. Para fins de habilitação, exigir-se-á:

9.4.1. Habilitação Jurídica

- Contrato social;



- Documentos societários pertinentes.

9.4.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- CNPJ;
- Certidões fiscais;
- FGTS;
- CNDT.

9.4.3. Qualificação Técnica

- Registro no CREA/CAU;
- Certidão de Acervo Técnico – CAT;
- Atestados de capacidade técnica compatíveis.

9.4.4. Qualificação Econômico-Financeira

- Balanço patrimonial;
- Certidão negativa de falência;
- Índices financeiros exigidos no edital.

10. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor estimado da contratação para 12 (doze) meses será de **R\$ 1.208.282,01 (Um milhão, duzentos e oito mil, duzentos e oitenta e dois reais e um centavos)**, definido mediante projeto básico, em anexo, conforme parâmetros da Lei nº 14.133/2021.

10.2. A estimativa deverá considerar:

- Custos de mão de obra;
- Encargos sociais;
- Equipamentos;
- Combustíveis;
- Transporte;
- Destinação final;
- Tributos;
- BDI;
- Custos operacionais.

10.3. As memórias de cálculo, planilhas orçamentárias, composições de custos e documentos que subsidiaram a estimativa integrarão processo administrativo próprio.

11. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: **FPM/ICMS/ISS/OUTROS – Recursos do Tesouro Municipal**, sendo:

- **Unidade Orçamentária:** Secretaria Municipal de Administração;
- **Projeto/Atividade:** Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública;
- **Função Programática:** 04.122.0001.2012.0000 - 12.361.0036.2025.0000 - 15.452.0001.2039.0000;



- **Elemento de Despesa:** 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
- **Fonte de Recursos:** 500.

11.2. A dotação específica será indicada no momento da formalização do contrato e/ou emissão da nota de empenho.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Executar os serviços conforme especificações técnicas.
- 12.2. Disponibilizar mão de obra qualificada.
- 12.3. Fornecer equipamentos, veículos e ferramentas necessárias.
- 12.4. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários e tributários.
- 12.5. Reparar danos causados à Administração ou terceiros.
- 12.6. Cumprir as normas ambientais e de segurança.
- 12.7. Manter preposto durante a execução contratual.
- 12.8. Substituir funcionários quando solicitado pela fiscalização.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 13.1. Fiscalizar a execução contratual.
- 13.2. Efetuar os pagamentos devidos.
- 13.3. Disponibilizar informações necessárias à execução dos serviços.
- 13.4. Aplicar sanções quando cabíveis.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O descumprimento das obrigações sujeitará a contratada às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

14.2. Poderão ser aplicadas:

- Advertência;
- Multa;
- Impedimento de licitar;
- Declaração de inidoneidade.

15. DA SUSTENTABILIDADE

15.1. A contratação deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental.

15.2. Os resíduos coletados deverão receber destinação final ambientalmente adequada.

15.3. A contratada deverá adotar medidas de redução de impactos ambientais durante a execução contratual.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram este Termo de Referência:

- Planilhas orçamentárias;
- Cronogramas;



- Memorial descritivo;
- Mapas de rotas;
- Documentação de Formalização da Demanda – DFD;
- Estudo Técnico Preliminar – ETP;
- Projetos e anexos técnicos.

16.2. Os casos omissos serão resolvidos conforme a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

17. APROVAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

Aprovo o presente Termo de Referência, autorizando o prosseguimento da fase preparatória da contratação.

Nome da Autoridade: Miguel Omar Barreto Rissi

Cargo: Prefeito Municipal

Assinatura: _____

Parnaíba – PI, 11 de maio de 2026.

Elaborado por:

Zeno Rulka Júnior
Secretário Municipal de Administração
Portaria nº 001/2025

Raimundo Fagner Sirqueira Bueno
Engenheiro Civil - CREA 2613647647
Portaria nº. 072/2025-PMP/PI